

## O MNR e a Revolução de 52: Considerações sobre o nacional-popular na Bolívia (1952-1964)

João Paulo S. L. Viana

### João Paulo S. L. Viana

Doutorando em Ciência Política na  
Universidade Estadual de Campinas.  
Professor Assistente de Ciência Política  
na Universidade Federal de Rondônia.  
E-mail: joaopauloviana@hotmail.com

142

### Resumo

O presente texto aborda a experiência do nacional-popular na Bolívia, com a chegada do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) ao poder durante a Revolução de 52. O estudo busca compreender os fundamentos e o legado do populismo boliviano expressos no ideário *emenerrista*. Inicialmente, o trabalho analisa os acontecimentos que se sucederam a partir da guerra do Chaco, com a emergência do Socialismo Militar ao poder nos anos 30 e a fundação do MNR na década de 40. Sob forte influência dos ideais nacionalistas que brotariam na sociedade boliviana no período posterior ao conflito do Chaco, o MNR lideraria o processo revolucionário com o apoio maciço das classes populares. Posteriormente, empreende-se análise sobre o legado da Revolução Nacional de 52 e sua relação com a problemática indígena. Por fim, concluímos com algumas questões relevantes acerca do espólio da experiência boliviana do nacional-popular. Nesse contexto, a Revolução de 52 produziu importantes transformações na sociedade boliviana, com a ampliação da cidadania por intermédio da introdução do sufrágio universal, a consolidação dos sindicatos como atores vitais do processo político, sob a forma de cogestão *obrero*, liderada pela *Central Obrera Boliviana* (COB) e a realização de uma relevante reforma agrária. Não obstante, o MNR não logrou êxito em seu projeto de homogeneização cultural, relegando a problemática indígena a mera questão de classe social.

### Palavras-chave

Populismo. MNR. Revolução. Bolívia. Nacionalismo.

### Resumen

El artículo aborda la experiencia del nacional-popular en Bolivia, con la llegada del Movimiento Nacional Revolucionario (MNR) al poder durante la Revolución de 52. El estudio busca comprender los fundamentos y el legado del populismo boliviano expresados en el ideario del MNR. Inicialmente, el trabajo analiza los acontecimientos que se sucedieron a partir de la guerra del Chaco, con la emergencia del Socialismo Militar al poder en los años 30 y la fundación del MNR en la década del 40. Bajo una fuerte influencia de los ideales nacionalistas que brotar en la sociedad boliviana período posterior al conflicto del Chaco, el MNR lideraría el proceso revolucionario con el apoyo masivo de las clases populares. Posteriormente, se emprende análisis sobre el legado de la Revolución Nacional de 52 y su relación con la problemática indígena. Por fin, concluimos con algunas cuestiones relevantes acerca de la experiencia boliviana del nacional-popular. En ese contexto, la Revolución de 52 produjo importantes transformaciones en la sociedad boliviana, con la ampliación de la ciudadanía por intermedio de la introducción del sufragio universal, la consolidación de los sindicatos como actores vitales del proceso político, en forma de cogestión obrera, liderada por la *Central Obrera Boliviana* (COB) y la realización de una relevante reforma agraria. No obstante, el MNR no logró éxito en su proyecto de homogeneización cultural, relegando a la problemática indígena la mera cuestión de clase social.

### Palabras-clave

Populismo. MNR. Revolución. Bolivia. Nacionalismo.

## 1. Introdução

A crise do modelo liberal nos anos 1920 e o colapso das oligarquias rurais na América Latina<sup>1</sup> foram alguns dos principais fatores que influenciaram a emergência de governos preocupados com a construção de um modelo de Estado forte, nacionalista, antiliberal, intervencionista, capaz de liderar o processo de inclusão das massas, permitindo o acesso a direitos políticos e sociais, sob a liderança de um governante personalista e carismático.

Diante da impossibilidade de reforma do Estado liberal-oligárquico, como observou Ernesto Laclau (2006: p. 117), "nos anos trinta e quarenta, assistimos a emergência de rupturas populistas mais radicais, como o *peronismo* na Argentina, o *varguismo* no Brasil e o MNR na Bolívia<sup>2</sup>".

No caso boliviano, as consequências da Guerra do Chaco (1932-1935) foram de fundamental importância para os eventos políticos após a segunda metade dos anos 30, com a formação do Socialismo Militar, encabeçado por um grupo de jovens militares nacionalistas insatisfeitos com a situação do país. É no pós-guerra, durante as presidências de Davi Toro e Germán Busch que o sentimento de nação brotaria nos bolivianos (ZVALETA MERCADO, 2008).

Embora a formação de um proletariado mineiro remonte aos anos 1920, a década de 1940 se apresentou como uma era de efervescência política. A fundação do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) no ano de 1941, e a realização do I Congresso Nacional Indígena durante o governo de Gualberto Villarroel, em 1945, marcaram profundamente a realidade boliviana. A emergência de um forte sentimento nacional que se alastrou pela sociedade boliviana, principalmente, entre as comunidades indígenas e o operariado mineiro no momento posterior a Guerra do Chaco, explicitou um modelo populista "por baixo".

A Revolução Nacional de 1952, liderada pelo Movimento Nacional Revolucionário (MNR) introduziu profundas transformações na sociedade boliviana (GRINDLE, DOMINGO, 2003; CRABTREE, WHITEHEAD, 2008), expandindo a cidadania com a universalização do sufrágio, consolidando o papel dos sindicatos, sob a forma de cogestão *obreira*, liderada pela *Central Obrera Boliviana* (COB), e realizando uma importante reforma agrária. Não obstante, a revolução não logrou êxito em seu projeto de homogeneização cultural, relegando a problemática indígena a mera questão de classe social.

O presente artigo busca compreender as origens, os fundamentos e o legado do populismo boliviano, expressos no ideário do MNR e da Revolução Nacional de 52. Inicialmente, faz-se necessária reflexão acerca dos acontecimentos que se sucederam a partir da guerra do Chaco e a emergência do Socialismo Militar ao poder nos anos 30. Num segundo momento, a década de 40 é objeto de análise, da fundação do MNR, passando pela realização do I Congresso Nacional Indígena, até a eclosão da revolução de 52. Posteriormente, empreende-se análise sobre o advento revolucionário *emenerista*, além da relação entre a revolução e a problemática indígena. Por fim, concluímos com algumas questões relevantes acerca do espólio da experiência do nacional-popular na Bolívia.

## 2. A Guerra do Chaco, o Socialismo Militar e seus impactos na sociedade boliviana

A Guerra do Chaco exerceu forte influência sobre os rumos da sociedade boliviana. Os problemas estruturais daquele país econômica e socialmente desigual se agravaram ainda mais. Ao longo de três anos de conflito a Bolívia perdeu cerca de 290.000 km<sup>2</sup> de território para o Paraguai. Além disso, estima-se que cerca de 70.000 bolivianos tenham morrido em combate. Esse foi o saldo negativo de uma guerra que viria a aumentar ainda mais as contradições sociais numa sociedade que, após um século de independência, ainda buscava construir sua própria identidade.

Num cenário de clima seco e de altas temperaturas, diferente da situação habitual dos soldados indígenas, acostumados com o altiplano e baixas temperaturas, a Guerra do Chaco transformou-se num desastre para os bolivianos. Milhares de combatentes morreram vitimados pela fome e sede, enquanto os oficiais brancos e mestiços possuíam todos os privilégios possíveis. Como observa o autor, a guerra não possibilitou a incorporação do indígena à nação. De forma inversa,

“reafirmou toda estrutura social de opressão, que ele já conhecia, e aprofundou ainda mais o fosso que separava a elite burguesa branca da maioria indígena ou mestiça” (ANDRADE, 2007: p. 33).

No plano político, o fracasso na Guerra do Chaco<sup>3</sup> abriu caminho para a formação de uma nova elite de poder na Bolívia. Setores da esquerda<sup>4</sup>, responsáveis por uma oposição radical ao conflito, tiveram grande ascensão no período do pós-guerra, anunciando um novo momento para o movimento operário, que anos mais tarde exerceria papel fundamental na vida política do país. Contudo, é nos setores burgueses ligados ao exército que jovens militares sob forte inspiração nacionalista e socialista, dotados de um discurso reformista, com ressonância nas demandas populares, porém aliado a certa dose de ambiguidade, exerceriam o comando do país durante a segunda metade dos anos 30.

Em que pese às consequências da guerra, o momento que se segue após o conflito é liderado por jovens oficiais, que observavam naquela ocasião uma oportunidade para a refundação da Bolívia. Em 16 de maio de 1936, numa conjuntura marcada pela greve dos mais diversos setores, os militares, tendo a frente os comandantes Davi Toro e Germán Busch, derrubam o presidente Tejada e assumem o comando do país. Dava-se início ao período do “Socialismo Militar”.

O golpe de 1936 representou a consagração da geração do Chaco, que, encabeçada pela jovem oficialidade do exército, possuía como bandeira a construção de um sistema baseado na justiça social, como forma de “compensar” as desgraças resultantes da guerra. Ao conquistar o poder, Davi Toro impressionou com a fundação do Ministério do Trabalho e a nomeação de um sindicalista radical para o cargo. A indicação foi observada como uma tentativa, por parte do governo, de aproximação com o movimento operário. No que tange aos movimentos de apoio ao governo, grande parcela civil estava associada a ideias fascistas moderadas. O Partido Socialista era a expressão mais ativa desses movimentos de cunho “nacional-socialista”.

A nacionalização da companhia *Standard Oil*, em março de 1937, marcou a primeira estatização de uma multinacional americana na América Latina. A medida se constituiu no mais importante ato do governo Toro, além de conter expressiva aprovação popular<sup>5</sup>. Ademais, Toro apoiou em novembro de 1936 a criação da Confederação Sindical dos Trabalhadores Bolivianos (CSTB), mas logo em seguida promoveu uma série de prisões e perseguições aos sindicalistas e militantes de esquerda, além de expressar ligações diretas de cooperação com a elite mineradora. “Apesar do respaldo conquistado entre os setores do movimento sindical e grupos nacionalistas da pequena burguesia, o governo de Toro oscilava entre polos sociais contraditórios” (ANDRADE, 2007: 36).

O fim da guerra e a ascensão dos socialistas militares deu origem a uma transição marcada pelo retorno das tensões e conflitos entre as mais diversas correntes ideológicas emergentes, como fascismo, socialismo, nacionalismo. Nas palavras do eminente pensador boliviano do século XX, o sociólogo René Zavaleta Mercado (2008), a guerra havia nacionalizado a consciência dos bolivianos. Na prática, evidenciava-se, naquele momento, a debilidade dos partidos tradicionais. Essas agremiações não correspondiam aos anseios da população, que com o surgimento de novas correntes de pensamento, aliado ao quadro de miséria e exclusão da maioria indígena, clamava por mudanças na estrutura social boliviana.

Um ano após o golpe de Davi Toro, a cúpula do exército decide modificar o comando do país e dá posse ao tenente coronel Germán Busch, que assume o poder em junho de 1937, com o objetivo de dar continuidade aos traços gerais do governo de Toro. Em maio de 1938 são realizadas eleições com vistas à elaboração de uma nova Constituição. O resultado pífilo dos partidos tradicionais, que mais tarde se uniriam sob a denominação de Concordância<sup>6</sup>, demonstrava o grau de insatisfação da sociedade boliviana, que vivenciava o crescimento de novas forças sociais.

A nova Constituição, de caráter mais progressista, permitiu ao Estado exercer maior intervenção na economia, trouxe consigo uma série de avanços no tocante às leis trabalhistas e a proteção de mulheres e camponeses, além de garantir a função social da propriedade. “O objetivo fundamental da constituinte em todos seus artigos foi atribuir ao estado a plena responsabilidade sobre a saúde, educação e bem-estar dos cidadãos” (KLEIN, 1984: p. 253). O documento é tido como uma conquista para os direitos sociais e políticos dos bolivianos.

No plano econômico, Busch criou o banco mineiro, na tentativa de impedir a deterioração financeira do Estado. Com isso, o governo "obrigou os empresários mineiros a depositarem nele 100% de toda moeda estrangeira obtida com a venda de seus produtos" (ANDRADE, 2007: p. 37). Apesar do cunho reformista e nacionalista, além do apoio de grupos notadamente de esquerda ao governo, as contradições eram latentes. O regime reprimia com violência as manifestações operárias.

Em abril de 1939 Busch dá um golpe de estado, suspende a Constituição e a realização de eleições, além de proibir os partidos políticos. O caos e a instabilidade política crônica se recusavam a desaparecer do território boliviano. Em meio ao regime ditatorial é promulgado em maio de 1939 o Código do Trabalho, denominado posteriormente de Código Busch, e reconhecido como o grande feito de seu governo, ao lado da constituição de 1938. Germán Busch governou durante meses via decreto presidencial.

Nessa época, aumentavam os conflitos entre o governo e a elite mineradora. Ao suspeitar que Hochschild<sup>7</sup> executava operações financeiras fraudulentas, Busch determinou a prisão do empresário, que viria a ser solto poucos dias depois, acirrando ainda mais as relações. Insatisfeito com os rumos de seu governo, Busch se suicida em agosto de 1939, em circunstâncias muito suspeitas. "Seu suicídio e a mudança imediata da política após sua morte fizeram de Busch um verdadeiro mártir da esquerda revolucionária" (KLEIN, 1984: p. 256).

Do ponto de vista político, o período de 1936 a 1939 possibilitou o avanço da esquerda boliviana, sendo notório o desenvolvimento dos movimentos sociais. A esquerda radical formada, sobretudo, por intelectuais e pelas organizações trabalhistas sindicais, que advinham do movimento operário, marcaria forte presença nas lutas sociais e políticas no decorrer da década de 40. Estudantes universitários, profissionais urbanos, comerciantes e artesãos de classe média, brancos e *cholos*, também aderiram a grupos de esquerda moderados.

Nesse ambiente, os partidos tradicionais, de cunho liberal e republicano, perderam parcelas significativas de apoio popular. Contudo, a morte de Germán Busch possibilitou a reorganização da elite conservadora militar, o que provocou o fim do reformismo do período do "socialismo militar". Após o golpe, a cúpula conservadora do militarismo, aliada aos setores da burguesia, impediu a posse do vice-presidente, entregando o poder ao General Quintanilla, que exerceria o cargo até a convocação de novas eleições a serem realizadas em 1940.

Nas eleições de 1940, os partidos tradicionais aliaram-se em torno da candidatura do General Enrique Peñaranda, apoiado pelos militares, enquanto os partidos de esquerda lançaram o intelectual marxista José Antônio Arze. "Com o voto "qualificado" dos poucos milhares de alfabetizados, foi eleito o general Enrique Peñaranda, apoiado pela coalizão conservadora Concordância" (ANDRADE, 2007: p. 41). Entretanto, a união dos partidos tradicionais, incapaz de lançar candidatura em torno de um nome civil, se deparou com uma derrota vexatória nas eleições para o parlamento. Dessa forma, a esquerda lograva, pela primeira vez, importante representação no Congresso boliviano.

### 3. Da fundação do MNR à eclosão da Revolução Nacional de 52

A ascensão de grupos de moderados e radicais de esquerda possibilitou a criação de novos partidos. Em 1940, é fundado por intelectuais marxistas como José Arze e Ricardo Anaya, o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR), que possuía como integrantes antigos militantes da FIB. Em 1941 é criado o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), partido composto por ampla e diversificada base nacionalista, tendo entre seus fundadores Carlos Montenegro, Augusto Céspedes, Victor Paz Estenssoro e Siles Suazo.

O advento da 2ª Guerra Mundial marcaria profundamente o mandato de Peñaranda. No que tange às suas consequências, o conflito provocou forte impacto na estrutura econômica, política e social boliviana, alimentando ainda mais as tensões sociais. A indústria do estanho sofreu diretamente com a exigência americana em estabelecer os preços abaixo das cotações de mercado, como forma de ajuda boliviana à Tríplice Aliança. Ademais, no início dos anos quarenta a Bolívia tornou-se o único fornecedor de estanho dos Aliados. Desse modo, "o Estado perdeu recursos essenciais e a margem de lucro das companhias também declinou" (ANDRADE, 2007: p. 42).

Os partidos políticos emergentes seguiram caminhos opostos durante o conflito mundial. O POR preferiu abster-se em torno de uma posição na guerra, dedicando-se exclusivamente às questões nacionais. O MNR se aliou aos fascistas, manifestando tal posição até 1942, quando rompeu com o Eixo. Enquanto isso, o POR manteve-se junto aos Aliados. Ao final da guerra, o Estado boliviano encontrava-se em meio ao caos social e econômico. Aproveitando a situação, a oposição utilizou-se do discurso nacionalista acusando o governo de "entreguismo", numa clara referência às relações com os Estados Unidos.

Fortalecida no Congresso, a esquerda acirrou posições contrárias aos interesses da elite. Nesse período, o movimento operário vivia em clima de euforia. A intensificação do debate político no parlamento foi acompanhada pelo aumento no processo de sindicalização, paralisações, greves e reivindicações trabalhistas. Victor Paz Estenssoro, liderança emenerrista, encabeçava a luta pelos direitos de sindicalização. "O parlamento dos anos 40 foi o mais radical e livre da história boliviana até aquele momento" (KLEIN, 1984: p. 262).

A erosão dos partidos tradicionais e a ascensão da esquerda se evidenciavam a cada processo eleitoral. O resultado das eleições parlamentares de 1942, com a vitória dos partidos de esquerda sobre o bloco tradicional, comprova o crescimento do eleitorado que se radicalizava na classe média, polarizando a sociedade em campos opostos. Enquanto isso, o acirramento de posições do operariado mineiro provocava um clima de incerteza. Em dezembro de 1942, uma greve de trabalhadores rumo ao acampamento de Catavi marcou um dos episódios mais tristes do sindicalismo mineiro boliviano. "Uma pesada fuzilaria massacrava sem trégua centenas de mineiros e seus familiares desarmados, com tanta coragem e eficiência do exército boliviano como nenhuma batalha na guerra do Chaco jamais motivara" (ANDRADE, 2007: p. 44).

As consequências do massacre foram imensas para o governo. Aproveitando-se da situação o MNR ocupou lugar de destaque na oposição, encabeçando severas críticas e liderando os mineiros contra Peñaranda. Nesse sentido, massacre de Catavi "ocorreu num momento decisivo da organização da esquerda e do movimento operário, convertendo-se na mais famosa *cause célèbre* particular do período pré-revolucionário" (KLEIN, 1984: p. 266). Tal acontecimento é até hoje lembrado como um dos episódios mais sangrentos da história boliviana.

No final de 1943, diante do caos político e a crescente mobilização popular, o coronel Gualberto Villarroel lidera a junta militar que derruba o governo de Peñaranda. O movimento golpista é articulado a partir das fileiras da loja militar RADEPA<sup>8</sup> juntamente com o MNR que, ciente das dificuldades de ascensão ao poder via eleições, inicia sua escalada por meio de levantes golpistas e articulações com o núcleo conservador dos militares. A inclinação ao nacionalismo autoritário e a oposição radical às ideias marxistas foram elementos decisivos para a convergência de interesses entre os militares da RADEPA e a cúpula do MNR.

O início do governo de Villarroel é marcado pelo não reconhecimento dos EUA que, em meio à Segunda Guerra mundial, observava como fascista o governo que ora se firmava no poder. Na ótica americana o governo boliviano era simpático à Alemanha, simpatia presente tanto entre os jovens militares quanto entre políticos influentes do MNR. Com a recusa dos americanos e de vários países latino-americanos em reconhecer o governo, Villarroel abandonou a aliança com o MNR. Apenas em junho de 1944, vários meses após o golpe, os americanos reconheceram o novo governo. Pouco depois, Villarroel retoma as relações com os emenerristas nomeando vários de seus correligionários para o governo, entre eles Paz Estenssoro, indicado para o Ministério das Finanças. A medida comprova a aliança entre os militares e a ala fascista do MNR, liderada por Carlos Montenegro e Augusto Céspedes.

No tocante à questão indígena, o governo de Villarroel acenou em busca de soluções para o problema do índio. A abolição do *pongueaje*<sup>9</sup> foi sem dúvida uma das mais relevantes medidas de seu governo. Nesse sentido, a realização do I Congresso Nacional Indígena, em 10 de maio de 1945, representou um importante avanço na direção da organização das comunidades indígenas camponesas.

A criação, em junho de 1944, da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB), dirigida por Juan Lechín, demonstra o nível de mobilização da classe operária à época. Assim, governo e MNR incentivaram "fortemente esta organização porque era uma forma de controlar o movimento sindical, mas correspondia também a uma visão plenamente favorável aos

interesses dos trabalhadores” (MESA GISBERT, 2008: p. 481). Entretanto, boa parte das medidas anunciadas não foi efetivada. O caráter antagônico do governo impedia, em muitos casos, a efetivação de uma agenda em prol dos interesses indígenas e do operariado.

A relação entre o governo e a ala fascista do MNR implicou decisivamente no aumento da violência e da perseguição contra intelectuais e políticos de esquerda. Em 1944, as prisões e os assassinatos de lideranças do PIR exacerbaram o caráter autoritário do regime de Villarroel. Em meio a essa conjuntura, no ano de 1945 grupos de esquerda e de direita se uniram em torno da Coalizão Democrática Antifascista, no intuito de fazer frente ao governo. Com o apoio crescente de trabalhadores e estudantes, a coalizão aumentou consideravelmente sua influência, até que em julho de 1946 populares invadem o Palácio Queimado e matam o presidente Villarroel, que tem seu corpo jogado pela sacada e amarrado em um poste na Praça Murillo.

A morte de Villarroel dá início ao tenso e conturbado sexênio de 1946 a 1952. No contexto internacional da Guerra Fria, aliado a conjuntura interna de retomada do poder pela oligarquia conservadora, o decorrer do período assinalou como nulas as chances de uma saída para a crise por via institucional. A aliança do PIR com os partidos conservadores foi decisiva para a queda do regime de Villarroel. Os conservadores, representados pela Concordância, aliaram-se ao PIR na expectativa de conter a crescente mobilização do operariado e as respectivas mudanças em curso na sociedade boliviana desde a Guerra do Chaco.

Os índices de mobilização popular aumentavam cada vez mais desde o final da Guerra do Chaco. Na década de 40 houve um incremento considerável na participação política de camponeses indígenas e trabalhadores mineiros. A problemática da terra aliada às questões de exclusão social e péssimas condições de trabalho nas minas eram as principais causas das demandas da população boliviana. Estudo realizado em “1948 nas minas da região de Catavi verificou que o índice de infecção por tuberculose atingia 97,84% dos trabalhadores e a empresa não atendia minimamente às necessidades médicas dos afetados pela doença” (ANDRADE 2007: p. 53). Tais condições serviram como pano de fundo para a defesa dos interesses da classe operária.

Em novembro de 1946, em reunião extraordinária da FSTMB foi aprovado o documento que ficaria conhecido como “As teses de Pulacayo”, em alusão à mina de Pulacayo onde fora realizado o congresso. O documento de caráter revolucionário propunha a união entre camponeses e operariado como pressuposto fundamental para a construção de um governo liderado pelos trabalhadores. Entre suas principais reivindicações constavam a luta armada, o controle das minas pela classe trabalhadora, jornada de trabalho de 40 horas semanais, a promoção de greves e a independência sindical. Era o sinal da radicalização do movimento operário boliviano.

Em 1947, Enrique Herzog é eleito presidente pelo partido republicano, representando o retorno dos conservadores ao poder. O PIR, que havia participado da coalizão governamental do governo provisório, continuaria na base de sustentação dos conservadores. Representantes da ala mais conservadora dos partidos tradicionais, Enrique Herzog e seu vice Mamerto Urriolagoitia decidiram enfrentar as forças revolucionárias.

É nesse clima de enfrentamento que o governo de Herzog envia tropas às minas, massacrando trabalhadores em uma greve de mineiros em Catavi. Após tal acontecimento, como argumenta Klein (1984: p. 271) “O PIR ficou destruído como partido representante da esquerda”. Ainda em 1947, uma rebelião indígena se alastraria por vários departamentos, provocando caos e destruição no campo. Em demonstração de superioridade as tropas governistas esmagam os insurretos. Desse modo, “[o] ciclo de incessantes levantes indígenas ao longo do século XX, demonstra a consciência coletiva de quéchuas e aimarás sobre a exploração a que eram submetidos no altiplano e nos vales” (MESA GISBERT, 2008: p. 485).

Apesar do resultado desastroso nas eleições para a presidência em 1947, o MNR ressurgiu nas eleições parlamentares de 1949, como segunda força política depois dos republicanos. Portanto, frente ao crescimento e recuperação do MNR, o governo conservador se lança ao enfrentamento contra o movimento operário. Após a derrota do governo no pleito, em outubro de 1949 o presidente Herzog renuncia ao mandato alegando problemas de saúde, assumindo o cargo o então vice-presidente Mamerto Urriolagoitia.

Em agosto de 1949 tem início a “guerra civil”, conflito que se estendeu por vários departamentos bolivianos, sob a liderança do MNR. Em poucos dias os revolucionários assumiram o comando da região de Cochabamba e Santa Cruz, proclamando como presidente Paz Estenssoro, que estava no exílio e, como vice-presidente, Eduardo Roca. A reação do presidente interino Mamerto Urriolagoitia foi imediata e, após muita violência e destruição, em setembro de 1949 as

tropas governistas retomam o controle do território boliviano. Conforme Mesa Gisbert (2008: p. 487) “[t]alvez a denominação de guerra possa parecer excessiva, mas foi o levante mais importante depois da Revolução Federal de 1899”.

A Bolívia da década de 50 era uma sociedade predominantemente rural, em que a maioria da população encontrava-se à margem do processo de integração social e econômico do país. A crise multidimensional que se estendia desde os tempos da independência afetava os mais diversos setores, tais como a agricultura, indústria e mineração. O latifúndio era a expressão mais ativa das desigualdades na sociedade boliviana. Cerca de 6% da população controlava 92% da terra cultivada (KLEIN, 1984).

A crescente violência política e o conseqüente agravamento da crise atingiram diretamente o governo de Urriolagoitia. Ao passo que o governo perdia apoio popular, crescia a popularidade do MNR. Nas eleições de 1951, a chapa encabeçada por Paz Estenssoro, exilado à época, e Hernán Siles Suazo, logrou 43% do eleitorado, contra 32% de votos para o candidato governista, Gabriel Gonsalvez, assinalando uma vitória histórica para o MNR. Apesar da vitória, o presidente Urriolagoitia se negou a aceitar o resultado das urnas favorável ao MNR e, antes de receber a decisão do parlamento, proclamou um golpe de estado, entregando o poder aos militares que anularam o resultado do pleito eleitoral.

A junta militar liderada pelo General Hugo Ballivián governou o país até a explosão da Revolução de 52. A situação de ingovernabilidade ficava evidenciada pelas manifestações populares de desagrado ao regime. Apoiado pela maioria dos bolivianos, o MNR do início dos anos 50, em sua essência, diferente do partido de cunho fascista derrotado em 1946, era a expressão de uma classe média e de um operariado radical que clamava por profundas transformações na estrutura social boliviana.

Assim, ao liderar o movimento revolucionário de 1952, o MNR, agora comprometido com a ideologia da classe trabalhadora, pôe fim à velha ordem que dominava a política boliviana desde os tempos da independência. De fato, o Estado boliviano caracterizado pela exclusão econômica, política e social às massas, “em que o camponês indígena de língua não castelhana era controlado por uma pequena elite branca de fala castelhana, se baseava na violência mais do que no consenso” (KLEIN, 1984: p. 282).

Nesse contexto, a Bolívia vivenciou uma das mais importantes revoluções sociais da América Latina. A união de camponeses civis e mineiros armados frente ao exército produziu um dos maiores símbolos da resistência popular no século XX. Era a Revolução Boliviana de 1952 que se iniciava.

#### **4. A Revolução Nacional de 1952 e o legado do populismo boliviano**

René Zavaleta Mercado, considerado o maior intelectual boliviano do século XX, compreendia a Bolívia como uma sociedade “*abigarrada*”, formada por diversas sociedades e civilizações justapostas, com graus socioeconômicos variados, onde nenhuma seria capaz de prevalecer completamente sobre as demais. Este traço marcante na composição do estado boliviano possuiria origem direta na colonização espanhola que, apesar da extremamente violenta, teria adotado em larga medida o mesmo modo de produção econômica e formas de governo das civilizações autóctones (ZAVALETA MERCADO, 2008).

Em decorrência deste modelo, nasceria um “Estado sem nação”, incapaz de exercer sua soberania sobre o território boliviano o que, segundo Zavaleta Mercado (2008), consistiria numa das principais causas das perdas territoriais sofridas pela Bolívia em sua história, entre elas a dolorosa saída para o mar, perdida para o Chile, no século XIX, durante a Guerra do Pacífico. Se, por um lado, havia grande dificuldade em defender faixas territoriais sob as quais, de fato, não exercia o controle, por outro, era baixa a capacidade de mobilização da população na defesa de uma pátria que em larga medida não lhes pertencia (CUNHA FILHO & VIANA, 2011).

Os períodos do “Socialismo Militar”, em meados dos anos 30, e da Revolução Nacional de 52, consistem nos dois grandes acontecimentos do século XX boliviano em que essa dinâmica tentou ser rompida. Não por acaso, os grandes nomes da Revolução de 52 foram formados no período posterior ao conflito do Chaco. Como afirma Zavaleta Mercado (2008), o Socialismo Militar, resultado direto da Guerra do Chaco, produziu um verdadeiro “encontro com a nação”, ao proporcionar a união de bolivianos das mais distintas regiões e classes sociais, corroborando para uma noção, talvez

até pioneira, do que realmente significava a Bolívia. Ao juntar no mesmo *front* de batalha índios, mestiços e brancos, brotaria naquele momento um forte sentimento de justiça social e mudança política que influenciaria os rumos da sociedade boliviana até o advento revolucionário no início dos anos 50.

Nesse contexto de profundas tensões sociais, em abril de 1952 indígenas, camponeses e mineiros lutaram incessantemente contra o exército boliviano, constituindo-se como elementos de fundamental importância para o triunfo da revolução e abrindo o caminho para a consolidação do Movimento Nacional Popular (MNR). O êxito dos revolucionários fez com que Victor Paz Estenssoro, líder do partido e vencedor das eleições de 1951, então exilado em Buenos Aires, retornasse ao país, assumindo a presidência em 15 de abril de 1952 (GRINDLE, 2003; WHITEHEAD, 2003).

Assim, a fundação de uma nova ordem institucional deparava-se com uma sociedade de cunho predominantemente rural em que a maioria da população encontrava-se marginalizada. O latifúndio era a marca registrada da sociedade boliviana. Apenas 6% dos proprietários, que possuíam acima de mil hectares, controlavam 92% de toda terra cultivada no país (KLEIN, 1984).

Ainda que inúmeros acontecimentos, desde a colônia ao século XIX, tenham marcado a resistência ao *status quo*, esse duplo acontecimento do século XX foi de vital importância para a contestação das bases do domínio oligárquico de *La Rosca*<sup>11</sup>, dando início a profundas transformações nas estruturas política, econômica e social do país. Nesse sentido, o socialismo militar (1936-1939) e a Revolução Nacional de 1952 constituem-se como tentativas claras de refundação institucional.

Em que pese à força e o apoio social logrado pelos revolucionários, expresso no caráter policlassista da revolução, suas origens remontam, sem dúvida, à Guerra do Chaco. A mobilização política que se alastrou pelas *calles*, a partir do período do socialismo militar e no decorrer na década de 40, demonstrava o grau de organização camponesa, bem como a nacionalização ideológica que foi incorporada à maioria do povo boliviano (ZVALETA MERCADO, 2008). No que se refere à importância indígena nesse fato histórico, o conflito do Chaco proporcionou uma intensa participação do índio na vida política boliviana, contribuindo para a criação de uma consciência nacional e o incremento da participação indígena nos assuntos públicos do Estado (ZVALETA MERCADO, 2008; MENDIETA, 2008).

Certamente, o advento revolucionário não haveria sido possível sem alguns dos acontecimentos premonitórios da Guerra do Chaco (ZVALETA MERCADO, 2008). A despeito de tal argumento, a guerra deu origem a uma nova era encabeçada por jovens militares que chegam ao poder inconformados com o fracasso no conflito e a situação do país à época. Assim, a Bolívia se livra das mãos do Paraguai na Guerra do Chaco diante de uma profunda crise nacional, lançando-se em busca de sua refundação (ALBÓ, 2008).

Em meio a essa conjuntura, o governo de Davi Toro entrou para a história em 1937 ao nacionalizar a companhia *Standard Oil* (MESA GISBERT, 2008; ANDRADE, 2007; KLEIN, 1984), empreendendo a primeira estatização de uma multinacional no continente sul-americano. Posteriormente, o governo de Germán Busch empreendeu uma série de medidas sociais, tendo como objetivo a construção de um Estado mais interventor na economia, que iam desde o primeiro código trabalhista, a fundação da YPFB<sup>12</sup>, e uma Constituição de caráter progressista que representou considerável avanço na proteção de mulheres, trabalhadores, camponeses e na garantia da função social da propriedade.

Desse modo, ao levantar a bandeira do reformismo e do nacionalismo, esse período ficou historicamente conhecido como Socialismo Militar. Durante esses anos produziu-se, inegavelmente, o crescimento da esquerda e dos movimentos sociais, que atuavam como canalizadores das demandas sociais, influenciando o ambiente de efervescência política e cultural que marcou a década de quarenta na Bolívia.

Nesse clima de agitação política, o MNR, fundado em 1941 por intelectuais, estudantes, membros da classe média, profissionais liberais e burocratas, evidenciava a presença ideológica cada vez mais forte do nacionalismo na política boliviana (MESA GISBERT, 2008; ANDRADE, 2007; GRINDLE, 2003, KLEIN, 1984). Nesse contexto, a década de quarenta foi vital para o surgimento de um grupo de lideranças políticas da classe média, como Paz Estenssoro, Siles Suazo, Juan Lechín,



Carlos Montenegro, entre outros que, identificados com o legado de Toro e Busch, moldaram as bases do projeto nacionalista revolucionário de 1952.

Não obstante, no início dos anos cinquenta a Bolívia vivenciava uma crise multidimensional. O atraso do campo era acompanhado pelo incipiente, quase inexistente, sistema industrial. No âmbito educacional, cerca de 70% dos bolivianos eram analfabetos, evidenciando um quadro que se perpetuava nos demais indicadores socioeconômicos.

A tomada do poder pelos revolucionários levou o MNR, por meio de Paz Estensoro e Siles Suazo à presidência e vice-presidência, respectivamente. A conjuntura da época demonstrou que “[o] discurso nacionalista e populista foi posicionando-se acima da tendência marxista abarcando as distintas classes sociais” (MENDIETA, 2008: p. 21). No que se refere à complexa conjuntura, o momento inicial entre os anos 1952 e 1956 é observado como uma verdadeira revolução social (WHITEHEAD, 2003), residindo no radicalismo o fator primordial para a adoção de medidas que acarretaram em importantes transformações na sociedade boliviana, como a adoção do sufrágio universal, a nacionalização das minas, bem como a reforma agrária e a reforma educacional.

Apesar da pressão popular por mudanças imediatas, os meses que se seguiram a abril de 1952 foram de cautela e negociação com os Estados Unidos. No contexto da Guerra Fria, o MNR manteve conversações no sentido de sinalizar aos americanos que não se tratava de um governo de ideologia comunista. Ao passo que na década anterior o partido evitava comparação com os fascistas, a conjuntura do momento revolucionário implicava na extrema necessidade de oposição ao comunismo. Nesse sentido, foi fundamental garantir que a nacionalização da mineração seria realizada por meio do pagamento de indenização.

Entretanto, no âmbito interno o governo cedeu consideravelmente às pressões do operariado. A fundação da estatal COMIBOL representou um avanço para o controle governamental da atividade mineira. Além disso, COB e FSTMB<sup>13</sup> obtiveram importante papel no controle da mineração. A *Central Obrera Boliviana*, criada em 1952, era resultado da organização dos trabalhadores e da consolidação de um processo de consciência de classe que, desde o fim da Guerra do Chaco e, posteriormente, da publicação das Teses de Pulacayo em 1946, se enraizava entre os trabalhadores bolivianos.

Contudo, “a revolução de 1952 não foi uma revolução proletária e sim policlassista, mas esteve fiscalizada pela força dos trabalhadores que imediatamente tomaram sua cota de poder na condução do estado” (MESA GISBERT, 2008: p. 517), dando origem ao *poder dual* (ZVALETA MERCADO, 2008; HOFMEISTER, 2004), relação de união entre a classe trabalhadora e o governo, expressão utilizada para descrever o *cogobierno* (WHITEHEAD, 2008; HOFMEISTER, 2004), a aliança entre sindicatos e governo exercida pelo MNR e pela COB.

Assim, a reforma agrária consistiu, de fato, num importante feito de emancipação revolucionária. A realidade rural boliviana possuía no latifúndio o grande empecilho ao desenvolvimento. O fortalecimento do *campesinato* indígena, principalmente nos Vales de Cochabamba, organizando-se politicamente, armando-se, liderando invasões às grandes propriedades, foi primordial para impulsionar a atuação do governo. A medida pôs fim ao latifúndio e aboliu definitivamente as práticas de *pongueaje*. Como lembra Gray Molina (2003: p. 349), a reforma agrária boliviana consistiu numa “das mais abrangentes iniciativas de distribuição de terras conduzidas na região”.

Entre as medidas iniciais da revolução, a ocupação das terras baixas no oriente boliviano, através de uma política de colonização, constituiu-se na mola propulsora para o desenvolvimento da região oriental, principalmente na região de Santa Cruz<sup>14</sup>. No entanto, diferentemente do ocidente andino, a reforma agrária não produziu no oriente uma divisão equitativa da terra. Pelo contrário, o predomínio do latifúndio transformou a antiga oligarquia em burguesia agrária por intermédio de vantajosos subsídios estatais.

Nesse sentido, a revolução contribuiu diretamente para a substituição do centro econômico, que se transferiu do altiplano para a região *cruceña*, além de diminuir a imensa densidade demográfica dos Andes em relação ao oriente. Ademais, o crescimento da região oriental foi acompanhado pelo fortalecimento dos recém-formados comitês cívicos, que mais adiante se transformariam em instrumento de representação política nas reivindicações do oriente *cruceño* por autonomia administrativa.

Fundado no início dos anos cinquenta, o comitê cívico liderado inicialmente por jovens universitários, reivindicava, em geral, investimentos em infraestrutura para região, levantando a bandeira de construção de uma ferrovia, do fornecimento de água e luz, além de uma estrada que ligasse Cochabamba e Santa Cruz. A princípio, essas demandas aspiravam à integração do oriente com o resto do país, pois “não havia menção de autonomia, federalismo ou conflitos centralistas” (SIVAK, 2007: p. 18). Posteriormente, as demandas se concentrariam entre maior participação nos lucros dos hidrocarbonetos e posições autonômicas e separatistas.

A partir daí, o desenvolvimento do setor petrolífero sofreu considerável impulso entre os anos de 1952 e 1964. Durante esse período, o governo boliviano, ciente da necessidade de abertura do mercado, promulgou o código do petróleo em 1956, sob a presidência de Siles Suazo. O código, elaborado pela banca de advogados americanos *Davenport e Schuster*, previa concessões e regalias para investidores estrangeiros. Tal medida desencadeou um processo de embates e conflitos no interior da base governista no parlamento. A ala nacionalista do MNR posicionou-se contrariamente, qualificando como “entreguismo”. A exploração estrangeira perduraria até a nacionalização do setor, com a chegada de Evo Morales ao poder no início do século XXI.

Na ótica *emenerista*, a ideia de aglutinação das mais diversas classes sociais em torno de um projeto revolucionário de cunho nacional-popular latino americano implicava na união da classe média, operariado e camponeses sob a liderança de uma elite burguesa. No entanto, para Paz Estenssoro, a revolução possuía, em sua essência, um caráter capitalista mais do que socialista (CAMARGO, 2006).

No plano eleitoral, as eleições presidenciais de 1956 representaram um marco no sistema político boliviano. A ampliação dos direitos políticos com a conquista do sufrágio universal inseriu aproximadamente 70% da população, que se encontrava marginalizada do processo democrático. A concessão da cidadania à maioria dos bolivianos, porém, não foi suficiente para garantir a consolidação democrática. O histórico de fraude e corrupção eleitoral se perpetuou por décadas pós-revolução.

A vitória de Hernán Siles Suazo consolidou o MNR no poder: “Desde o início o MNR contava com dois grandes blocos: uma ala de centro-direita e de classe média representada por Siles Suazo, e uma ala de esquerda, de coalizão operária, dirigida por Lechín e pela COB” (KLEIN, 1984: p. 293). Contudo, devido a medidas como a reforma agrária, o MNR adquiriu imensa densidade eleitoral entre camponeses e o operariado mineiro. A popularidade entre as camadas mais pobres foi acompanhada pelo distanciamento da classe média em relação ao partido.

Nesse sentido, a Falange Socialista Boliviana, à direita do espectro político, surgia como nova alternativa política. Entretanto, no período em que fez oposição ao regime, a FSB tentou por diversas vezes derrubar o governo do MNR. Em abril de 1959, numa tentativa mal sucedida de tomada do Quartel Sucre, vários líderes falangistas foram assassinados. A vocação golpista continuava presente na vida política boliviana.

Numa conjuntura econômica marcada pela crise na indústria do estanho e pela alta nos índices de inflação, Siles Suazo decide aceitar a ajuda do FMI, implantando o “Plano de Estabilização”. A medida tinha como objetivo o retorno de investimentos estadunidenses e, conseqüentemente, deu início a importantes concessões ao governo americano. Era a forma de conter o descontentamento da classe média, além de equilibrar as contas públicas.

Após a consecução dos acordos entre o governo Siles Suazo e os EUA a ala à esquerda do partido, encabeçada por Juan Lechín, inicia uma série de protestos, se posicionando contrariamente às medidas adotadas. Nos quatro anos de governo Siles Suazo, Lechín liderou dezenas de greves gerais, “e uma assombrosa quantidade de greves parciais que segundo um ministro do Trabalho chegaram a 3.400, ademais de 4.700 conflitos” (ANTEZANA, 2006: p. 2334).

A partir daí Lechín se converteria no principal inimigo dos EUA. Em que pese às conseqüências de tais acontecimentos, Estenssoro apresentou-se como o líder capaz de garantir o equilíbrio num contexto de divisão entre as duas alas majoritárias do Partido. Em meio à crise interna, a fundação do Movimento Revolucionário Autêntico – MNRA –, por Walter Guevara e dissidentes, seria insuficiente para fazer frente ao apoio popular de Estenssoro e Lechín, numa aliança resultante diretamente da habilidade política de Estenssoro, que soube conquistar a ala à esquerda do partido, liderada por Lechín. Nesse sentido, a sucessão presidencial de 1960 “determinou a primeira divisão pública do partido” (MESA GISBERT, 2008: p. 526).

As eleições de 1960 consolidariam a vitória do MNR, com Paz Estenssoro e Juan Lechín, respectivamente. Com mais de 70% dos votos, a força política do populismo boliviano, baseada no apoio das massas camponesas e do operariado, evidenciava-se desde seu primeiro governo entre 1952 e 1956. De fato, importantes medidas adotadas no período como a reforma agrária, o sufrágio universal, a nacionalização das minas de estanho, não podem ser minimizadas, ainda que insuficientes para garantir o sucesso futuro da revolução, exerceram profundas transformações na sociedade boliviana (CLAYTON FILHO & VIANA, 2011).

Em 06 de agosto de 1960, no Congresso boliviano, em seu discurso de posse no segundo mandato como presidente, Estenssoro afirmava:

Pela segunda vez desde a vitória nacional de Abril, a transmissão do poder público se realiza pacificamente e dentro do marco assinalado pela lei. Ela tem razão de ser. A Revolução Nacional, esse grande acontecimento que pôs a Bolívia no século XX tem criado as condições necessárias para liquidar, de uma vez para sempre, com o sistema de exploração do governo pela violência e a falsa noção de que o poder era privilégio das minorias para reempregá-los pelo princípio da soberania popular livremente exercitada. O objetivo último da Revolução Nacional é a Independência Econômica, noção que conjuga dois ideais independentes: o direito da Bolívia de dispor de seu destino e de suas riquezas conforme o interesse da maioria dos bolivianos, e o direito dos bolivianos, a sua vez, de viver dentro de uma sociedade conformada pelos grandes princípios de justiça e liberdade. Dessa perspectiva - concluo - derivam todas as realizações do governo revolucionário (ESTENSSORO *Apud* ANTEZANA, 2006: p. 2337).

Ao assumir novamente à presidência boliviana, Estenssoro anunciava o sucesso revolucionário e a capacidade de inserção da massa alijada historicamente do poder. Nos primeiros meses de governo, o líder do MNR demonstrava a necessidade de inserção boliviana ao mercado mundial, buscando aliar-se aos EUA. Enquanto a cúpula governista unia-se aos americanos, o distanciamento entre o governo e operariado tornava-se mais visível. Em meio a essa conjuntura, uma série de greves e conflitos, no campo e na cidade, acentuaria o aumento da violência. Como consequência da aproximação com os EUA, a ala à esquerda - liderada por Juan Lechín - rompe com Paz Estenssoro, fundando em 1963 o Partido de la Izquierda Revolucionária Nacional - PRIN.

Num ambiente hostil ao governo, Paz Estenssoro dá início ao rearmamento do exército com o argumento de que era necessário frear a subversão comunista. Dessa forma, Estenssoro recebe o aval americano para pleitear o terceiro mandato de presidente, tendo como vice-presidente o general René Barrientos. Após neutralizar os movimentos sociais e contar com o apoio americano, Estenssoro é reeleito, em maio de 1964, com a imensa maioria de 86% dos votos.

Contudo, a união entre Juan Lechín e Siles Suazo enfraqueceu a estrutura do MNR que, fragmentado, não conseguiu evitar a derrubada. Aproveitando-se da debilidade ocasionada pelo racha no partido, e o fortalecimento dos militares na vice-presidência, a cúpula do exército lidera o golpe, nomeando uma junta militar encabeçada por Barrientos.

No caso de Paz Estenssoro, embora o seu alto grau de legitimidade política, a continuidade demonstra ser, muitas vezes, um fator demasiado perigoso. Quanto mais ampla a coalizão populista, principalmente num país pobre como a Bolívia, mais complexo e difícil é a manutenção dos apetites dos grupos que a constituem. Da mesma forma, quanto mais pobre o país, mais difícil é satisfazer os militares, que constituem sempre um perigo aos regimes populistas (HENNESSY, 1969).

Ao analisar a paradoxal relação entre Estado e sociedade na Bolívia, Gray Molina (2008) apontou para a existência de movimentos sociais fortes, num contexto de iminente fraqueza estatal e de suas instituições democráticas. O autor utiliza a denominação "*State with holes*<sup>15</sup>", para caracterizar a forma fragmentada que constituiria um dos principais traços da formação do estado boliviano. Diante desse "Estado com furos", comunidades indígenas, caudilhos locais, sindicatos, Ongs, etc. exerceram por diversas vezes funções que seriam papel do Estado, constituindo-se em relevantes instâncias de poder no âmbito local, resultado da incapacidade estatal em desempenhar efetivamente sua soberania (GRAY MOLINA, 2008).

Isso, porém, não significa, necessariamente, que o Estado abriria mão de exercer sua autoridade, não obstante, ele se engajaria de forma indireta no exercício do poder, envolvendo múltiplos atores locais. Embora denomine como “força da fraqueza”, Gray Molina (2008) argumenta que, diante de uma realidade marcada por forte heterogeneidade étnica e cultural, além de uma infraestrutura deficiente, por mais frágil que possa parecer, historicamente, o poder estatal mostrou certa eficácia, impedindo que o país implodisse em guerras civis e, até mesmo, que movimentos de secessão lograssem êxito.

A revolução de 1952 deu origem a importantes mudanças que abriram o caminho para a modernização do Estado boliviano. Assim, “[o] MNR e a aliança entre trabalhadores e organizações camponesas promoveram uma nova visão de nacionalismo que redefiniu a natureza da cidadania e as políticas no país” (GRINDLE, 2003: p. 3), conduzindo os rumos do país e formulando projetos governamentais presentes até hoje. Certamente, o advento revolucionário seguiu influenciando o modo de fazer política, mesmo depois da queda do MNR, além de representar o ápice do nacional-popular na Bolívia (ZAVALETA MERCADO, 2008). Nesse sentido, seria impossível que qualquer projeto político que contenha algum contorno desta tradição, não faça menção ou referência a esse importante momento da história boliviana.

Entretanto, como denominou James Malloy (*apud* CUNHA FILHO, 2009), a revolução inacabada não foi capaz de consolidar a solidez das instituições, principalmente devido a relação vertical e elitista da cúpula partidária com a sociedade (MALLOY *apud* CALDERÓN & JELÍN, 1999), não logrando êxito na construção da tão esperada estabilidade política. Ademais, o movimento mostrou-se débil diante da criação de uma burguesia nacional comprometida com a ampliação do setor industrial e a infraestrutura, desperdiçando, assim, a oportunidade histórica.

## 5. A Revolução Nacional de 52 e a problemática indígena

O apoio das populações indígenas, assim como do operariado mineiro, foi fundamental para o sucesso revolucionário, evidenciando o caráter multiétnico e multiclassista da Revolução de 1952 (ALBÓ, 2008; GRINDLE 2003; THOMSON, 2003). De fato, a eclosão da revolução trouxe consigo um novo olhar sobre a questão indígena na Bolívia. As medidas adotadas com base no caráter centralizador e unificador da revolução visavam amenizar a divisão étnica e, por conseguinte, o preconceito racial, tratando os índios como *campesinos* e buscando a partir daí, construir uma homogeneidade cultural baseada na mestiçagem (ALBÓ, 2008; MENDIETA, 2008; GRAY MOLINA, 2008; CAMARGO, 2006).

A sociedade oligárquica boliviana, de cunho fortemente racista (CAMARGO, 2006; KLEIN, 1984) observava o índio como categoria de exploração econômica. O *apartheid* boliviano expressava-se no *pongueaje* como exemplo nítido da submissão indígena às elites brancas detentoras do poder político e econômico. Para a oligarquia boliviana, o índio representava a barbárie, o atraso e o total retrocesso à busca pela modernidade, enquanto o branco civilizado era o agente dominante que deveria liderar o processo social (CAMARGO, 2006).

Inicialmente, quebrando a visão oligárquica, a revolução lançou o indígena à condição de cidadão, concedendo-lhe direito à propriedade e ao voto. Tais mudanças acarretaram diretamente no apoio indígena ao MNR nas eleições que se sucederam durante o momento revolucionário. Ao passo que perdia força eleitoral em setores da classe média, o MNR se fortalecia nas camadas indígenas e no proletariado mineiro (KLEIN, 1984; MESA GISBERT, 2008). Nesse sentido, o camponês, ex-índio, passa a ter um caráter essencialmente utilitário, como massa de apoio político e eleitoral ao projeto revolucionário.

É nesse contexto que a revolução nega a questão racial, imputando-a a uma questão de classes. Se o termo índio anteriormente denotava algo pejorativo, identificando “alguém tristemente inferior, promovamo-lo, chamando-o *campesino*, parece dizer a lógica da revolução” [...] “e assim suprimamos essa diferença que o impede de ser um de nós” (CAMARGO, 2006: p. 154). Dessa forma, os novos indígenas camponeses foram convocados pelo MNR para salvaguardar a revolução, estando muitas vezes à frente do poder local, organizando sindicatos agrários, no intuito de mediar as relações entre o Estado e as comunidades indígenas (ALBÓ, 2008; CAMARGO 2006; MENDIETA, 2008).

Em certo sentido, nos anos subsequentes à revolução houve uma relativa tranquilidade no campo, transferindo os embates e a violência política para o proletariado mineiro. Entretanto, é

importante frisar que a relação entre os sindicatos governamentais e as comunidades indígenas, agora *campesinos*, não ocorreu de maneira uniforme nas diversas regiões do país.

No altiplano, *ayllus* e *malkus*, antigas formas comunitárias de organização, continuaram a funcionar mesmo sofrendo influência direta do sindicalismo governamental. Nesse caso, os *aymaras* mesclaram e adaptaram o sindicalismo à própria realidade de suas organizações. Em Cochabamba, a situação ocorreu de maneira diversa, devido, sobretudo, a diminuição de barreiras entre mundo rural e mundo urbano. Fatores geográficos, étnicos, culturais, linguísticos foram fundamentais para que o MNR observasse no camponês quéchua a homogeneização cultural do projeto revolucionário. Nessa região, o sindicalismo estatal exerceu profunda influência sobre os camponeses indígenas. No caso de Potosí, diante de forte influência dos povos originários, e suas instituições comunitárias tradicionais, dentre elas o *ayllus*, o sindicalismo do Estado não logrou êxito em seu objetivo de intermediação entre camponeses e o projeto revolucionário (RIVERA CUSICANQUI *apud* CAMARGO, 2006).

Não obstante o fracasso do movimento revolucionário ao reduzir a questão étnica à problemática de classes sociais, é inegável o avanço na conquista de direitos políticos e sociais às comunidades indígenas. Embora a cúpula do MNR objetivasse a construção de um Estado baseado na aliança de classes liderado pela burguesia nacional mestiça, certamente a revolução deu continuidade ao processo iniciado na Guerra do Chaco de incentivo à organização política das comunidades indígenas que, ainda que sob o domínio estatal e suas relações paternalistas, representava a conquista de certa igualdade formal.

Apesar de não conquistar a igualdade *de facto*, a cidadania lograda pelos indígenas os diferenciava do analfabeto, cujo título de cidadão não possuía. Inegavelmente o sindicato tornou-se o lugar da politização dos camponeses indígenas que, se organizando politicamente, alcançariam, décadas depois, importantes postos no comando político da nação.

Entretanto, o programa revolucionário do MNR foi incapaz de levar em conta a heterogeneidade do povo boliviano. Com isso, a tentativa de homogeneização étnica e cultural representou o desprezo pela diversidade, constituindo-se num dos elementos centrais que acarretaram na incapacidade de construção de um pluralismo democrático e do respeito ao multiculturalismo (ALBÓ, 2008; GRAY MOLINA, 2008; MENDIETA, 2008; GRINDLE, 2003). Ao reduzir a problemática étnica, classificando os indígenas como *campesinos*, a revolução gerou uma de suas contradições fundamentais, fracassando em seu projeto de homogeneização cultural (RIVERA CUSICANQUI, *apud* GRAY MOLINA, 2008).

Como recordam Cunha Filho & Viana (2011), a incorporação da agenda indígena à vida política boliviana, e ao Estado que ora se refundava, se deu de forma tutelada, enquanto o processo revolucionário com sua ampla reforma agrária buscou submeter o indígena a uma identidade camponesa, ao imaginar a nação sob a perspectiva de uma mestiçagem homogeneizante. Ademais, importante frisar, que a incapacidade da revolução em resolver a questão étnica foi revivida com a emergência do *katarismo*<sup>16</sup> nos início dos anos setenta, constituindo-se de suma importância para a consolidação de uma agenda indígena a partir da década de noventa, com o reconhecimento do caráter pluricultural do povo boliviano.

No tocante às dificuldades atuais de conciliação entre os pressupostos teóricos e práticos da plurinacionalidade, como recorda Iamamoto (2016), a própria ideia de plurinacionalismo pressupõe uma pluralidade cultural, social e institucional, residindo nesse ponto em particular enorme incompatibilidade com o elemento da homogeneidade do nacionalismo.

Numa comparação entre a experiência nacional-popular e o atual projeto do MAS sob a liderança de Evo Morales, como argumentou o sociólogo e vice-presidente Garcia Linera (2007: p. 163), "retoma-se o ideário do nacionalismo, mas com um núcleo distinto: movimento operário antes, movimento indígena agora, uma classe média letrada antes, inteligência indígena mestiça agora". Conforme Garcia Linera, "o resultado também é distinto. Antes se falava em nação homogênea, agora se fala em nação plural". Desse modo, os pontos comuns entre o atual programa do MAS e o nacionalismo revolucionário do passado seriam a soberania nacional, independência econômica, respeito e dignidade no contexto planetário. Entretanto, segundo ele, há também muitos pontos divergentes.

## 6. Conclusão

Liderados por setores da classe média, e da incipiente burguesia nacional, juntamente com o apoio das classes populares, os revolucionários tomaram o poder em abril de 1952, numa das mais importantes revoluções do século XX. Apesar dos grandes avanços e transformações, o projeto revolucionário do MNR foi incapaz de promover a inserção do indígena, não logrando êxito na construção de instituições democráticas sólidas.

Sob a influência dos ideais nacionalistas do Socialismo Militar, a Revolução Nacional de 1952, conduzida por setores da burguesia, e apoiada maciçamente pelos indígenas, instituiu uma nova ordem institucional. O movimento revolucionário promoveu o surgimento do sindicalismo *obrero*, representado pela COB, além dos sindicatos camponeses, como atores de vital importância à cena política.

Importante ressaltar que desde meados da década de 40, com a organização do I Congresso Nacional Indígena durante o governo Villarreal, estava em curso um processo de reorganização de vários setores da sociedade boliviana, em busca de uma agenda de interesse comum para a problemática do índio. Nesse sentido, a partir desse período, há uma renovação significativa do discurso indigenista, que embora não logrando resultados de imediato, demonstraria a extrema necessidade de incorporação do índio à nação.

Não obstante, em que pese às enormes conquistas sociais e a ampliação da cidadania, a revolução foi incapaz de promover de *facto* a inclusão política, econômica e social do índio e, por conseguinte, a institucionalização democrática. Assim, o MNR fracassou em seu projeto de homogeneização cultural, não logrando êxito no reconhecimento do caráter étnico e pluricultural do povo boliviano.

Embora o modelo de Estado arquitetado pelo MNR e seguido, em seu escopo geral, pelos governos militares que se sucederam, tenha se esgotado no início dos anos 80, o nacionalismo revolucionário marcou profundamente a memória coletiva dos bolivianos, sendo evocado até os dias atuais, porém com contornos essencialmente étnicos. Vale ressaltar que o próprio MNR e Paz Estenssoro foram responsáveis pela introdução do neoliberalismo na Bolívia em meados dos anos 1980, durante o processo de redemocratização. Esse, porém, é um tema para reflexão numa próxima oportunidade.

(Recebido para publicação em janeiro de 2018)

(Reapresentado em maio de 2018)

(Aprovado para publicação em julho de 2018)

### Cite este artigo

VIANA, João Paulo S. L. O MNR e a revolução de 1952: Considerações sobre o Nacional-Popular na Bolívia. **Revista Estudos Políticos**: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 9 |N.1, pp. 142 -159 , julho de 2018. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>

### Notas

1. "Enquanto em outros lugares os politólogos perguntavam se o termo era aplicável a um movimento, uma ideologia, um governo ou uma forma de Estado, na América Latina o populismo estava em todos os lados" (PRUD'HOMME, 2001: p. 43). Na literatura latino-americana, o populismo também é conhecido como nacional-popular.

2. É possível denominar um conjunto de características comuns aos modelos brasileiro e argentino, onde o

populismo foi observado por Weffort & Quijano (1973) como um fenômeno “por cima”, devido, sobretudo, a relação de poder exercida entre o líder carismático personalista, responsável pela intermediação dos anseios populares entre as massas e o Estado. Diferentemente do populismo clássico latino-americano, no que se refere à experiência boliviana, o MNR, a partir da união entre a classe média, a burguesia emergente e as classes populares, evidenciou um modelo de populismo “por baixo”.

3. Para mais detalhes sobre a Guerra do Chaco ver Moniz Bandeira (1998).

4. Em 1934, num congresso realizado na cidade de Córdoba, na Argentina, é fundado o Partido Operário Revolucionário – POR, liderado por intelectuais como Tristán Marof e José Aguirre Gainsborg. Como aponta Klein (1984: p. 244) “Ainda que composto de um pequeno número de exilados radicais foi um momento histórico de desenvolvimento da esquerda boliviana, pois era o primeiro partido que criava a geração do Chaco e nas décadas seguintes constituiria a vanguarda do movimento revolucionário”.

5. O confisco da companhia americana Standard Oil representou uma vitória para o povo boliviano, visto que a empresa americana, juntamente com a inglesa Royal Dutch, é tida, até hoje, no imaginário popular como a principal responsável pela eclosão da Guerra do Chaco e a derrota boliviana. Além disso, a Bolívia foi o primeiro país latino-americano a estatizar uma multinacional estrangeira, antecipando-se ao México, que faria o mesmo poucos anos depois.

6. Em março de 1938, os partidos tradicionais representados pelo Partido Liberal, o Partido Republicano Socialista e o Partido Republicano Genuíno uniram-se sob a denominação de Concordância. A união tinha objetivo o retorno às antigas instituições, realizando oposição direta aos movimentos sociais emergentes do período pós-Guerra do Chaco.

7. Maurício Hochschild foi considerado, ao lado de Carlos Aramayo e Simon Patiño, um dos barões do estanho. As famílias Hochschild, Patiño e Aramayo dominaram a exploração de minério na Bolívia durante o século XX.

8. A RADEPA era uma organização fundada por jovens militares durante a Guerra do Chaco. Gualberto Villarroel era o líder do grupo e durante o conflito serviu como membro da alta cúpula do exército.

9. Regime de trabalho servil, do qual o indígena foi submetido desde a Colônia, em situação análoga à escravidão.

10. Variegado, feito de retalhos justapostos.

11. La Rosca, expressão utilizada pelo fato da economia do país girar em torno do eixo oligárquico das três famílias detentoras do monopólio do estanho. “Simon Patiño em 1931, detinha 62% do volume de exportações de estanho; Maurício Hothschild, 26% do controle de exportações em 1938 e Carlos Aramayo, 10% em 1934” (GUZMÁN apud ANDRADE, 2007: p. 27).

12. Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.

13. A Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos, fundada em 1944, ocupou relevante função sindical, exercendo, ao lado da COB, importantes atribuições no governo do MNR.

14. Dotado de extremo centralismo administrativo, o Estado boliviano mantém, desde a independência, uma estrutura unitária. Devido, sobretudo, a péssima infraestrutura, regiões permaneceram por muito tempo isoladas do restante do território. Nesse contexto, a região do Altiplano, onde se concentram as populações originárias, consolidou-se historicamente como o centro do poder político e administrativo. Do ponto de vista histórico, como argumenta SIVAK (2007: p. 11) "o conflito entre ocidente e oriente vem ocorrendo desde 1876, quando uma rebelião federal liderada por Andrés Ibáñez ameaçou pela primeira vez o governo central. As tensões entre o ocidente e o oriente continuaram durante os 150 anos seguintes (...)". Entretanto, a partir da década de 50, com a formação do Comitê Cívico e o crescimento da região oriental, encabeçado pelo departamento de Santa Cruz de La Sierra (atualmente a região mais pujante economicamente), a bandeira de maior autonomia administrativa passou a fazer parte da agenda de importantes setores da sociedade em diversas regiões. Assim, a partir os anos 50, as reivindicações tornaram-se mais frequentes, concentrando-se em torno de maior participação nos lucros do petróleo, até ao apoio a setores da extrema direita, como a Falange Socialista Boliviana (FSB) e, posteriormente, aos regimes militares de Barrientos e Banzer, o que contribuiria para a acusação recorrente contra Santa Cruz, já no final dos anos 50, de incitar e promover o separatismo do país.

15. Na tradução para o português "Estado com furos".

16. No início dos anos 70, o katarismo, buscando reviver os ideais revolucionários de Tupaj Katari, emerge como um movimento de resgate da cultura e da reafirmação dos direitos indígenas, evidenciando o descontentamento dos camponeses com os rumos da Revolução e as políticas do pacto militar campesino, adotadas pela ditadura boliviana à época. De origem sindical, o Movimento Katarista é apoiado por comunidades aymaras, bem como intelectuais e estudantes favoráveis à causa indígena. Conforme Xavier Albó (2008: p. 22), os Kataristas evocavam o slogan "Nós não somos mais os camponeses de 1952", se opondo à condição imposta pelo MNR e a revolução.

### **Bibliografia**

ALBÓ, Xavier. "The Long Memory of Ethnicity in Bolivia and Some Temporary Oscillations". In: CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). *Unresolved Tensions: Bolivia past and present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008, pp.13-34.

ANDRADE, Everaldo. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ANTEZANA, Luis E. *La contrarrevolución del 4 de noviembre de 1964. Historia Secreta do MNR. Tomo 09*. La Paz: Instituto de Investigación, Formación, Capacitación Democrática "Carlos Montenegro", 2006.



CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. "Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina: perspectivas e realidade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1987.

Disponível em:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_05/rbcs05\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_04.htm).

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão. Bolívia – A Criação de um Novo País: a ascensão do poder político autóctone das Civilizações pré-colombianas a Evo Morales. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

CRABTREE, John. "A Story of Unresolved Tensions". In: CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present. University of Pittsburgh Press: Pittsburgh, 2008, pp. 01-12.

CUNHA FILHO, Clayton M. Evo Morales e os horizontes da hegemonia: Nacional-popular e indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA FILHO, Clayton M.; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. "A Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional". In: VIANA, João Paulo Saraiva Leão; VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de; MIGUEL, Vinícius Valentin Raduan (Orgs.). Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas. 1ª ed. Porto Velho: Edufro, 2011, pp. 224-252.

GARCIA LINERA, Alvaro. "Las reformas pactadas". Entrevista de José Natanson. In: Bolivia: El fin del enredo? Nueva Sociedad, nº 209, Friedrich Ebert Stiftung, Buenos Aires, 2007, pp. 160-172.

GISBERT MESA, Carlos; MESA, Jose de; GISBERT, Teresa. Historia de Bolivia. 7ª edición. La Paz: Editorial Gisbert & Cia S.A., 2008, pp. 389-706.

GRAY MOLINA, George. "The Offspring of 1952: Poverty, Exclusion, and the promise of the Popular Participation". In: GRINDLE, Merilee S.; DOMINGO, Pilar (Orgs.). Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2003, pp. 345-363.

GRAY MOLINA, George. "State-Society Relations in Bolivia: The Strength of Weakness". In: CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present. University of Pittsburgh Press: Pittsburgh, 2008, pp. 109-124.

GRINDLE, Merilee S. "1952 and All That: The Bolivian Revolution in Comparative Perspective". In: GRINDLE, Merilee S.; DOMINGO, Pilar (Orgs.). Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2003, pp. 01-24.

HENNESSY, Alistair. "América Latina". In: IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest. Populismo: Sus significados y características nacionales. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1969, pp. 39-80.

HOFMEISTER, Wilhelm. "Bolivia: la construcción de la democracia y la evolución del proceso político". In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). Reformas Políticas en América Latina. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2004, pp. 65-101.

IAMAMOTO, Sue. "Nacionalismo e plurinacionalidade na Bolívia Contemporânea". In: CUNHA FILHO, Clayton; VIANA, João Paulo Saraiva Leão. A Bolívia no século XXI: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo. Curitiba: Editora Appris, 2016, pp. 229-254.

KLEIN, Herbert. Historia General de Bolivia. 2ª edición. La Paz: Editorial Juventud, 1984.

LACLAU, Ernesto. "Consideraciones sobre el populismo latino-americano". In: Cuadernos del Cendes, año 23, nº 62. CENDES, Centro de Estudios del Desarrollo, Caracas: mayo-agosto, 2006, pp. 115-120.

MENDIETA, Pilar Parada. "Política e Participación Indígena en Bolivia: Una reflexión desde la historia: siglos XIX-XXI". In: GRÉBE LOPEZ, Horst: Continuidad y Cambio en el orden político. La Paz: Instituto Prisma, 2008, pp.11-32.

MONIZ BANDEIRA, L. A. "A Guerra do Chaco". Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 41. nº 1, 1998, pp. 162-197.

PRUD'HOMME, Jean-François. "Un concepto evasivo: el populismo en la ciencia política". In: HERMET, Guy; PRUD'HOMME, Jean-François. Del populismo de los antiguos al populismo de los modernos. Ciudad del México: El Colegio de México: 2001, pp. 35-63.

SIVAC, Martín. Santa Cruz: una tesis – El conflicto regional en Bolivia (2003-2006). Plural Editores: La Paz, 2007.

THOMSON, Sinclair. "Revolutionary Memory in Bolivia: Anticolonial and National Projects from 1781 to 1952". In: GRINDLE, Merilee S.; DOMINGO, Pilar (Orgs.). Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2003, pp.117-134.

WEFFORT, Francisco; QUIJANO, Anibal. Populismo, Marginalización y Dependencia. Costa Rica: Editorial Universitaria Centro Americana, 1973.

WHITEHEAD, Laurence. "The Bolivian National Revolution: A Comparison". In: GRINDLE, Merilee S.; DOMINGO, Pilar (Orgs.). Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective. London: Institute of Latin American Studies. Cambridge: David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2003, pp. 25-53.

WHITEHEAD, Laurence. "Bolívia's Latest "Refoundation". In: CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present. University of Pittsburgh Press: Pittsburgh, 2008, pp. 255-269.

ZAVALETA MERCADO, René. Lo Nacional Popular en Bolivia. 2ª edición. La Paz: Plural Editores, 2008.